

# FILOSOFIA E FILOMITIA

Por DELFIM SANTOS

Ao considerar a situação presente da meditação filosófica, certa apreensão nos domina quanto ao enunciado da problemática que se quer impor sob a designação de «filosofia portuguesa». Não desconhecemos e não negamos que aqueles que se têm agrupado na defesa deste propósito, revelam talento e virtudes de expressão e comunicação não vulgares. Começemos por esta homenagem que lhes é devida e passemos a expor o que nos leva a discordar desse ousado propósito, tantas vezes exposto em jornais, revistas, folhetos, livros e recentemente em colóquios. Diremos que tal tentativa poderia ser interessante, se qualquer fundamento a pudesse radicar. É precisamente aqui que surgem as nossas dúvidas. Tudo depende do que entendermos por «filosofia»; mas, se não quisermos dar-lhe sentido que só indevidamente lhe pode ser atribuído, julgamos não válida a afirmação de que «há» uma filosofia portuguesa, espanhola, francesa ou alemã. Quer isto dizer que não negamos a existência da filosofia portuguesa por incapacidade dos Portugueses para pensar filosoficamente, mas que a filosofia não é uma manifestação de tipo gregário, ou social, ou nacional, que dessa forma assim se diversifique. Há escolas que agrupam alguns homens, mestres e discípulos, e esta associação poderia servir para indicar superficialmente o carácter gregário da filosofia. Também se poderia afirmar, por terem aparecido alguns homens que à investigação filosófica se têm dedicado, que tal «povo» ou tal «nação» revelam talento privilegiado para o cultivo da filosofia. Tudo isto são pontos de vista contestáveis. Se a filosofia não é apenas concepção do mundo, ou determinação mais ou menos rigorosa das intenções ideológicas deste ou daquele povo, as «razões» apontadas não têm consistência.

Se, além de concepção do mundo típica a determinado povo, também a consideramos enunciação de princípios de convivência, ou de interpretação do conjunto de ideais que conduzem um povo à sua própria determinação na história, ou estudo dos mitos que conglobam a sua acção em determinado período histórico, só abusivamente poderemos a isso chamar filosofia, tendo em vista o sentido rigoroso que desde os Gregos lhe pertence. Mundividência, sociologia, filomitia alicerçada na interpretação dos poetas, podem ser tarefas inegavelmente valiosas e dignas de consideração. Mas não seria isto retirar da filosofia precisamente aquilo que a distingue e a diferencia de

todas as actividades de pensamento alicerçadas no empírico, no natural, no social, no histórico e no mítico? Decerto que à filosofia também, estes domínios podem e devem interessar, mas a eles não deve circunscrever-se, sob pena de aniquilar o esforço de transcendentalização que a anima e constitui o seu peculiar fundamento. E este esforço radica na auto-investigação das possibilidades de pensamento, de conhecimento e de reflexão que pertencem a este ou a qualquer homem, independentemente do território em que surgiu. Também é verdade que certas nações, devido à sua estruturação pedagógica, permitem maior difusão a tais estudos e mais funda dedicação de aqueles que por eles se interessam, mas não confundamos o que seria muito grave confundir. O filósofo não é uma planta sujeita a condições climáticas ou a tipos de vegetação que caracterizam esta ou aquela paisagem nacional. A filosofia não tem pátria, — embora os filósofos a tenham, — mas não é a ela que devem a sua filosofia. Porque na Grécia ou na Alemanha tal forma de pensamento, que é raiz de todas as outras formas de pensamento, se desenvolveu e aprofundou, não nos é permitido, por esse motivo, afirmar que há uma filosofia grega ou uma filosofia alemã e que estes «povos» possuem disposições especiais para o seu cultivo.

A questão é outra e não se deixa resolver tão facilmente. Também se poderia perguntar por que motivo até agora em certas nações não apareceu um filósofo da categoria de outros que se supõem notáveis. A resposta, se incidisse sobre a capacidade ou incapacidade de certos homens pertencentes a um povo serem ou não grandes filósofos, seria igualmente deplorável. A filosofia, para surgir, requer condições e quando elas se não verificam, nenhum homem desta ou daquela nação pode levar a bom fim o seu intento. Uma das condições, e talvez a primeira, consiste na valorização do diálogo e da interrogação, a que certos povos estão mais ou menos fechados. Sem isto não será nunca possível validar filosofias como tipicamente nacionais, ou, quando o fazemos, apenas nos referimos a uma parte e não à mais significativa do que como filosofia se deve entender.

Mas o problema não está resolvido nem a argumentação esgotada. Aliás, a escolha de nomes de relevo para justificar que há uma «filosofia portuguesa» parece que, de certo modo, é seguir caminho ao contrário. Não importa agora saber se tais nomes possuem ou não grandeza

suficiente para os equiparar a outros nomes de filósofos que pertencem a outras nações. Seria fácil mostrar que aquilo que leva a escolher esses homens como filósofos não tem qualquer relação com o facto de serem portugueses, mas de serem homens que manifestaram radical descontentamento por aquilo que no seu tempo caracterizava a cultura nacional. O filósofo não surge como consequência directa da cultura do povo a que pertence, mas como seu opositor, como pregoeiro de novas e mais fecundas vias e, por esse motivo, tem sofrido vexames dos representantes da consagrada cultura nacional, que tendem a impedir que eles se afirmem e desenvolvam as capacidades que decerto lhes pertencem a eles e não ao povo.

Será necessário citar nomes de filósofos deste ou daquele país para indicar quanto isto nos parece verdadeiro? Os nomes dos portugueses Amorim Viana, Sampaio Bruno e Leonardo Coimbra, tantas vezes citados pelos defensores da filosofia portuguesa, não serão por si significativos deste desencontro entre o homem e o povo que determinou o pensamento filosófico de cada um deles? Se um destes alcançou presidir a um dos departamentos do estado como ministro, todos sabemos que não o conseguiu pela sua filosofia, mas por circunstâncias políticas. Talvez seja esta uma situação infeliz, mas é real. E Amorim Viana pensou em oposição e o mesmo aconteceu a Bruno, que teve de se libertar no exílio. Todo e qualquer homem que como filósofo surge na cultura dum povo desintegra-se precisamente dessa cultura por ser filósofo. Isto não quer dizer, entenda-se bem, que o filósofo é inimigo do seu próprio povo, mas, pelo contrário, porque é realmente amigo e quer dar-lhe na conquista de si próprio aquilo que os outros lhe recusam, ele se afirma incomodaticia- e até, no sentir dos seus detractores, perigosamente. Daqui se poderia concluir que, se há filósofos portugueses, eles não expõem uma filosofia «portuguesa», embora mais tarde, como tem acontecido

com filósofos de outras nações, as suas filosofias sejam incorporadas no património cultural comum dessa nação. Não é sem motivo que, ao longo da história, o filósofo se tem tornado indesejável, perseguido e até excluído da comunidade dos seus compatriotas. E também algumas vezes acontece que impedem essa exclusão, excluindo-se a si pelo exílio, pelo silêncio ou pelo suicídio. O filósofo não é um homem ameno, isto é, não tem como função dizer «amem» ao que os outros propalam como verdades assentes em opiniões, mas precisamente procurar aferir e conferir a validade dos fundamentos dessas verdades com que se pretende orientar um povo. Quando uma sociedade tem medo do filósofo, usa dos meios que lhe parecem mais próprios para o aniquilar ou diminuir no seu prestígio...

Se o filósofo é opositor dialéctico das «verdades» estáticas que adormecem um povo, não pode, enquanto filósofo, ser mercador de sono. A dialéctica ascensional de que se serve não lhe confere o direito da integração pura e simples no que é comum a todos como opinião corrente ou conveniente. Nacionalizar a filosofia é negá-la, é diminuí-la tanto quanto se pretendêssemos constituir uma religião nacional com um Deus nascido em cada um dos «territórios» que assim o pretendessem. A filosofia não tem pátria, não é do mundo. O mundo é sua criação. A filosofia pensada contra as formas vulgares da comunicação não está adstrita nos seus valores à língua em que se exprime. Legando a expressão de pensamento à linguagem do seu povo, o filósofo pretende apontar-lhe o caminho de mais funda inquietação na busca da verdade, do bem e do belo, como afirmava Platão. Quando assim não é, diverte-se em jogo de banalidade do senso comum. A filosofia não se adscrive ao lugar, ao povo, à nação, mas ao ser do homem na sua correlação com o ser do tempo. E o tempo do filósofo é utópico, pertence ao porvir que ele aventurosamente reclama com sacrificio e em perigo; assim foi com Sócrates, com Bruno, com Kant, com Kierkegaard e com tantos outros...